

FACULDADE CALAFIORI



**ANA CLÁUDIA CARDOSO PEREIRA
PATRÍCIA CRISTINA DE SOUZA RIBEIRO**

**O CUIDAR E DO EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL – O PAPEL DO GESTOR
DIANTE DESTAS QUESTÕES**

Artigo apresentado à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^ª. Esp. Sára Maria Caixeta de Oliveira

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
2013**

**FOLHA DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CUIDAR E DO EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL – O
PAPEL DO GESTOR DIANTE DESTAS QUESTÕES**

**Autoras: ANA CLÁUDIA CARDOSO PEREIRA
PATRÍCIA CRISTINA DE SOUZA RIBEIRO**

AVALIAÇÃO: () _____

Professora Orientadora: Sára Maria Caixeta de Oliveira

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

**São Sebastião do Paraíso – MG
2013**

FACULDADE CALAFIORI



**O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL – O PAPEL DO GESTOR
DIANTE DESTAS QUESTÕES**

**ANA CLÁUDIA CARDOSO PEREIRA
PATRÍCIA CRISTINA DE SOUZA RIBEIRO**

**São Sebastião do Paraíso
2013**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	06
3 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA.....	10
4 CONCEPÇÃO DE CUIDAR.....	12
5 CONCEPÇÃO DE EDUCAR.....	13
6 A GESTÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	18

O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL – O PAPEL DO GESTOR DIANTE DESTAS QUESTÕES

¹CARDOSO, A. C. P.;

²RIBEIRO, P.C.S.;

³OLIVEIRA, S.M.C.

^{1,2}. Pós-graduandas em Gestão Escolar da faculdade Calafiori

³. Professora orientadora do curso de Gestão Escolar da Faculdade Calafiori

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar o binômio cuidar-educar e suas implicações no desenvolvimento da Educação Infantil, partindo de uma pesquisa da produção histórico-científica da área, visando a desvendar sua origem e trajetória. Para tanto, analisa criticamente a trajetória histórica das instituições de atendimento à criança, discute os avanços e retrocessos dessa etapa da Educação Básica no Brasil, se utilizando do método histórico. Ao investigar o passado, constata suas diferentes atribuições no decorrer da história até sua propagação no Brasil e os atuais parâmetros educacionais. As escolas infantis no Brasil, na sua trajetória, conheceram mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural até a função educativa. É possível, conhecendo a sua história, compreender os desafios impostos atualmente às instituições quanto às ações pedagógicas curriculares de cuidar e educar na Educação Infantil – creches e pré-escolas - e suas consequências para a formação das crianças de até 5 anos de idade. A análise considera os conceitos de infância no Brasil, a concepção legal de criança e o binômio cuidar-educar na Educação Infantil. Os procedimentos metodológicos adotados pautam-se numa abordagem qualitativa de investigação. Os resultados desta investigação evidenciam o avanço significativo da legislação quando reconheceu a criança como cidadã, sujeito de direitos, inclusive do direito à educação. Tais evidências alertam para a necessidade de uma formação docente inicial de qualidade, bem como constante preocupação dos gestores escolares quanto à formação continuada em serviço, tendo como finalidade o cumprimento dos preceitos legais e, especialmente, o respeito à criança cidadã.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Pública. Educação Infantil. Cuidar e Educar na Educação Infantil.

ABSTRACT

This article aims to investigate the binomial - educating caring and its implications in the development of early childhood education , from a survey of historical and scientific production area in order to unravel their origin and history . For this, it analyzes the historical trajectory of the child care institutions , discusses the advances and setbacks of this stage of education in Brazil , is using the historical method . By investigating the past , it appears their different roles throughout history until its spread in Brazil and current educational parameters . The infant schools in Brazil , throughout its history , experienced changes in their functions , which passed through the welfare, custody and cultural deprivation to the educational function . It is possible , knowing its history, understand the current challenges to the institutions regarding curriculum pedagogical actions to care for and educate in Early Childhood Education - kindergartens and preschools - and their consequences for the formation of children under 5 years of age . The analysis considers the concepts of childhood in Brazil , the legal conception of child care and the binomial - educate in Early Childhood Education . The methodological procedures are guided in a qualitative research . The results of this research demonstrate the significant improvement of the legislation when he recognized the child as a citizen , subject of rights , including the right to education . Such findings point to the need of a quality initial teacher training , as well as concern of school administrators regarding ongoing education and aims at meeting the legal requirements, and especially respect for citizen child .

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o binômio cuidar-educar e suas implicações na formação integral dos alunos da Educação Infantil. Tem o objetivo geral de compreender como este binômio vem sendo abordado nos Centros de Educação Infantil - contextualizá-lo na práxis pedagógica – e, como objetivos específicos, relacionar a história educacional e a legislação hodierna que dispõe acerca de um novo referencial para essa etapa escolar e, por derradeiro, identificar perspectivas de sua aplicação na rotina escolar. As reformulações políticas ensejam a discussão sobre a necessidade de integrar cuidado e educação no atendimento institucional às crianças de 0 a 5 anos de idade.

O tema é recorrente devido à expansão das Escolas de Educação Infantil e suas recentes diretrizes curriculares. A percepção dessa realidade e a necessidade de compreender o desenvolvimento do binômio cuidar-educar no cotidiano escolar justificam a escolha do tema. Outra justificativa para este estudo surge do fato de as autoras se dedicarem profissionalmente à Educação Infantil.

A fim de analisar as implicações do educar e cuidar no desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil, o trabalho parte de uma pesquisa da produção científica da área, com importante referencial teórico – historiadores, educadores e legislação. Analisa criticamente a trajetória histórica das instituições de atendimento à criança, discute seus avanços e retrocessos e a pertinência desse binômio na primeira etapa da Educação Básica no Brasil, se utilizando do método histórico. Os procedimentos metodológicos adotados pautam-se numa abordagem qualitativa de investigação.

Os resultados desta investigação revelam indícios de que a formação inicial dos educadores nem sempre atende às necessidades do profissional, apesar da vasta literatura existente.

Diante do exposto, são elaboradas as seguintes indagações: Como o binômio cuidar-educar foi sendo construído historicamente no ambiente escolar? Como têm sido formados os profissionais de Educação Infantil no que se refere à construção de suas concepções acerca da criança e da própria Educação Infantil? Os professores regentes de turmas de Educação Infantil, na atualidade, têm formação inicial – e/ou continuada - e perfil competente para trabalhar ou desenvolver o cuidar-educar, discutido pela literatura pertinente na última década?

Para o desenvolvimento destas questões, teve origem o presente artigo, dividido em três partes. Na primeira, a história da Educação Infantil no Brasil, um breve relato dos avanços da legislação quanto às instituições. Na segunda parte, a análise da concepção de criança e infância segundo os títulos legais em vigência. Na terceira parte, destaca a concepção de cuidar na oferta da Educação Infantil às crianças de diferentes classes sociais e, em seguida, a concepção de educar, complementando o binômio cuidar e educar. Finalmente, questiona o papel do gestor diante das questões apresentadas.

Defende-se, pois, que as concepções históricas e legais de criança, infância e de Educação Infantil devem influenciar significativamente a maneira de pensar dos atuais profissionais, refletindo sobre a ação cuidar-educar e, posteriormente, inserindo-a em sua prática pedagógica.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil não se difere muito da Educação Infantil na Europa do ponto de vista de que ambas surgem num contexto de elevação da oferta de trabalho, baseada no avanço da indústria e da procura de mão de obra barata, nos mais variados setores. Com a chegada marcante do Capitalismo, a produção, antes doméstica, se transporta para o modelo fabril, o que aumenta a oferta de vagas não somente para homens, mas também para mulheres, por não se fundamentar no trabalho físico exclusivamente braçal.

O historiador Àries (1978) assevera que não existia um sentimento natural em relação à infância; essa fase não existia como um período peculiar da vida, como uma condição humana. Uma concepção singular e um olhar diferenciado sobre a criança teriam início no fim da Idade Média. Até então, as crianças eram “adultos em miniaturas” à espera de adquirir a estatura normal.

Àries (1978) também registra que as primeiras demonstrações dessa mudança de foco se caracterizam pela “paparicação” - a criança, ser inocente e divertido, era instrumento de entretenimento para os adultos. As situações de morte infantil, antes consideradas inevitáveis e naturais, passaram a ser motivo de muita dor e abatimento. No século XVII, as perspectivas e ações em relação à infância começaram a se deslocar para o campo moral e psicológico.

Houve o entendimento de era preciso conhecer a criança e não paparicá-la, para corrigir suas imperfeições.

Durante a Era Moderna, séculos XVI a XIX, a escola, embora por muito tempo ignorasse as diferenciações de idade, se concentrava na disciplina, que tinha uma origem religiosa e extremamente rígida. Esse aspecto moral e de vigilância seria cuidadosamente responsável pelo direcionamento das escolas à questão dos jovens e crianças, contudo esse não era um fenômeno generalizado, enquanto alguns tinham sua infância delimitada pelo ciclo escolar, outros ainda se “transformavam” em adultos e mal tinham condições físicas para isso.

Sabe-se que Froebel foi o criador do primeiro Jardim de Infância, porém este foi criado numa perspectiva educativa, que visava, inclusive, a formação da família e não somente da criança, mas, segundo Paschoal e Machado (2009), as primeiras organizações de creche no Brasil possuíam um caráter totalmente assistencialista, que tinham em vista o ato de cuidar das crianças para que suas mães pudessem trabalhar, ou dos filhos de mães viúvas que necessitavam do trabalho para sobreviver.

Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar seus filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para as mulheres trabalhadoras, a creche tinha de ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, *apud* PASCHOAL e MACHADO, 2009, p. 82).

Percebe-se que esta associação possui uma demanda histórica e é notável o despreparo das instituições que surgiram e das prioridades às quais as famílias foram submetidas na ânsia de desenvolvimento pelo qual a sociedade passava. Não se pode esquecer das mais famosas instituições de atendimento à criança abandonada: a roda dos expostos ou excluídos. Por este âmbito, verifica-se a precariedade e a concepção de criança que a sociedade da época tinha. Não havia direitos que a resguardasse nem leis que competissem à família os deveres em relação aos pequenos.

Nota-se que a criança não era sujeito de direitos, sendo considerada, muitas vezes, como algo desprovido de preocupações e sentimento. Não havia um olhar crítico em relação às suas potencialidades, seu bem estar emocional e psicológico, somente físico e moral, pelo fato de muitas vezes estas instituições oferecerem apenas a parte de cuidados e, no muito, algumas regras de boa convivência, higiene, e normas sociais.

Kuhlmann (2000) enfoca esta questão, afirmando que

As instituições de educação infantil eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quando eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher no jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As ideias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de garantir às mães o direito do trabalho. A luta da pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política social mais ampla. [...] A ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos. A temática contracultural e a sua crítica à família e aos valores tradicionais inspiraram estudantes e profissionais assim como foram preferências na criação de pré-escolas particulares alternativas (REVACH, 1994, *apud* KUHLMANN, 2000, p. 11)

Questiona-se, então, o poder público e a sua visão em relação à criança nesse período. Voltando às autoras Paschoal e Machado, ao citarem Kramer (1995), elas afirmam que qualquer atuação do Poder Público depende da concepção de criança que determinada sociedade tem. Ainda em meados da década de 70, a função das escolas de Educação Infantil para o governo passava pelo aspecto assistencialista no intuito de superar a precariedade social e garantir aos discentes uma educação satisfatória, o que reforça a tese de que a Educação é um dos meios para “disfarçar” os problemas sociais, imputando-lhe a responsabilidade de formar o cidadão em seus mais variados aspectos. Somente com a última Constituição da República, o governo passou a assumir a responsabilidade efetiva de garantir o acesso e a permanência da criança em creches e pré-escolas, seguida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que assegurou à criança, de uma vez por todas, viver sua infância, sendo um sujeito de direitos.

Não se pode negar os avanços da Educação Infantil - entendida até então como amparo e assistência – com a publicação da Constituição Federal de 1988, documento que concebeu a educação de zero a seis anos como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Esclareceu que a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Carta Magna determina, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade – idade recentemente alterada para 5 anos devido à extensão do Ensino Fundamental para nove anos e a matrícula com 6 anos no primeiro ano. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a sua função

eminentemente educativa, da qual é parte intrínseca a função do cuidar. Essa inclusão constitui um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país. O artigo 208, inciso IV, dispõe que “o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

A Educação Infantil, segundo Faria (2007), embora tenha mais de um século de história, como cuidado e educação extradomiciliar, somente na década de 90 foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica. Em relação ao direito à educação e ao dever de educar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, no artigo 4º, ser dever do Estado garantir a educação escolar pública e efetivá-la mediante algumas garantias. Dentre elas, no inciso IV, o “atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade – a Lei 20.817/13 altera a data de corte para o ingresso no ensino Fundamental de 6 para 5 anos - e, no inciso X, “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade”. Temos como base a Lei 12.796/13

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. A Lei preconiza, no seu artigo 22, que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Dessa forma, o trabalho pedagógico com a criança de 0 a 6 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional: atender às especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania. Os artigos da LDB, abaixo transcritos, esclarecem a finalidade e forma de organização da Educação Infantil.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

3 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

Amparadas pela Constituição Federal, pelo ECA, LDB, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, serão analisadas as concepções que norteiam a Educação Infantil e os aspectos que caracterizam essa fase.

Com a promulgação da LDB de 1996, a Educação Infantil tomou novo rumo em relação à concepção de muitos aspectos, mas principalmente sobre o “conceito de criança”. Valorizou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica com o objetivo e a finalidade de promover o desenvolvimento completo e integral da criança, garantindo-lhe a cidadania. O intuito da Lei é que estes objetivos se concretizem até os seis anos de idade.

Foi com a LDB que se tornou explícita a preocupação com os aspectos motor, físico, intelectual, social e emocional da criança. Essa etapa de escolaridade não é obrigatória, constituindo-se um direito e não um dever, que passa pelo crivo de três aspectos: o Social, o Educativo e o Político. Para Didonet (2001) *apud* Paschoal e Machado (2009), na esfera social, ainda é observada a questão da mãe trabalhadora, que necessita de um lugar com educação de qualidade para deixar seu filho enquanto galga uma vida ativa no mercado de trabalho. No aspecto educativo, é inerente que se preze a valorização de novos conhecimentos e habilidades. Já no político, é uma forma de garantir a cidadania infantil, respeitando deveres e sendo respeitada em seus direitos e demonstrando que o País investe na formação cidadã.

Foi então que, em decorrência do teor da LDB, em 1998 aprovou-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que norteou estratégias pedagógicas para as instituições de Educação Infantil. O documento esclarece a importância de uma visão mais adequada no nosso contexto cultural, a fim de elevar a Educação a um bom nível de qualidade.

Segundo o RECNEI (1998), a concepção de criança se reformulou com o passar do tempo. O documento afirma:

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. Assim é possível que, por

exemplo, em uma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte (RECNEI, 1.998, p. 21, vol.1).

O RECNEI discorre enfaticamente sobre o fato de que a criança, assim como todo ser humano, “é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico” (RECNEI, 1998, p. 21) - um novo passo para que trabalhos sejam iniciados sob uma nova ótica. Impera a ótica de que a criança, independente dos motivos que a levem a frequentar uma instituição de educação infantil, da sua realidade socioeconômica, da sua condição cultural, merece uma Educação de qualidade, que propicie o seu desenvolvimento integral nos mais variados aspectos, desde sua infância até o nível superior e à preparação para o trabalho.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, garante que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Observada a Lei maior de nosso País, é indiscutível que deva haver uma reflexão acerca do termo retirado da citação acima: “*pleno desenvolvimento da pessoa*”. Quanto mais cedo houver empenho em buscar recursos que auxiliem a formação da pessoa, mais rápido o processo se estrutura. Essa visão tem feito estes educadores pensarem sobre a importância da criança em seus primeiros anos de vida, em como ela aprende, o que ela aprende, quando ela aprende, quando e como ela se desenvolve. Mas também nos leva a questionar se o que está lhe sendo proposto tem alcançado os objetivos, se ela tem recebido uma educação verdadeiramente qualitativa e quais os caminhos a tomar para o alcance das desejáveis metas.

Notamos que o enfoque voltou ao ato de educar. Mas e o cuidar, embora salientado no Referencial Curricular como ato indissociável de cuidar, tem sido efetivamente trabalhado? As ações de cuidar têm sido aplicadas meramente num caráter assistencialista? Os profissionais entendem a importância desta indissociabilidade?

É importante, portanto, analisar a concepção de cuidar.

4 CONCEPÇÃO DE CUIDAR

Para o Referencial Curricular Nacional, o ato de cuidar é questão primordial no desenvolvimento das crianças que permanecem em uma instituição educacional e não deve passar despercebida, por se tratar de necessidades reais de todo ser humano.

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do conhecimento humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. [...] O desenvolvimento integral depende tanto de cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (RECNEI, 1998, v.1, p. 24).

O documento evidencia a importante visão que se deve ter do ato de cuidar, não apenas no sentido físico, mas também emocional e psicológico, levando-se em consideração as mais variadas capacidades a serem desenvolvidas. Ressalta que se faz necessária a intervenção de profissionais de diferentes áreas em cooperação; trata-se de um período de grandes mudanças e de construção de habilidades, como andar, falar, relacionar-se, iniciar-se no mundo da alfabetização. A adequada formação de educadores é essencial para que acompanhem, com o máximo de atenção, as capacidades desenvolvidas, façam intervenções cabíveis e, quando necessário, busquem a parceria de outros profissionais, como fisioterapeuta, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo. Ao enfatizar a forma de como as crianças recebem esses cuidados, o RECNEI se refere ao trabalho qualitativo a ser desenvolvido pelos profissionais na relação com os educandos.

Há necessidade de que a Educação Infantil não quebre o vínculo entre um ato e outro, pois deve levar em conta as necessidades das crianças, observando e respeitando-as, tendo também uma resposta da criança sobre a qualidade do que se lhe oferece. Ou seja, para cuidar de uma criança, não se pode contar com conhecimentos intuitivos, somente com experiências de vida, mas com conhecimentos epistemológicos e específicos, que lhe garantam um bom atendimento. Não é suficiente gostar de estar com crianças para se adquirir o perfil de um bom educador, atento ao cuidar e educar. Como dito anteriormente, as universidades n sempre, em seus cursos de formação de educadores, contemplam em seu currículo as atividades relacionadas ao cuidar e, quando as contemplam, a carga horária não é tão extensa quanto às relacionadas ao educar.

5 CONCEPÇÃO DE EDUCAR

Inicialmente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil enfatiza a indivisibilidade do ato de cuidar e educar, salientando, principalmente, a não hierarquização dos dois aspectos. O padrão de qualidade deve ser mantido e, neste sentido, o Referencial destaca o que se deve considerar em relação à criança nos mais variados contextos, como “sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes forneçam elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma” (RECNEI, 1998, v.1, p. 23).

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (RECNEI, 1998, v.1, p. 23).

Percebe-se que as funções descritas acima pelo Referencial vão muito além de meros cuidados físicos e morais. São situações complexas que requerem muito cuidado e atenção na preparação de um planejamento de trabalho que contemple esses aspectos, a fim de garantir que o padrão de qualidade realmente se concretize dentro do ambiente escolar. Consideramos de extrema importância a junção do cuidar e do educar, uma vez que a criança é o resultado do biológico, do afetivo e psicossocial.

É indispensável que, para cumprimento desses quesitos que proporcionem uma qualidade plena, as escolas e unidades educativas contemplem um currículo diversificado, trabalhem em conjunto com a família e que tenham seus projetos político-pedagógicos como norteadores seu trabalho.

Para Cerisara (1999), o ambiente no qual a criança da Educação Infantil está inserida não deve se equiparar ao ambiente de um Ensino Fundamental, em relação aos critérios pedagógicos da alfabetização, numa perspectiva exclusivamente conteudista. O ambiente

escolar deve fazer clara distinção entre a escola, a casa onde a criança vive e outros locais ou órgãos que ela frequenta, como hospitais (por propiciarem cuidados exclusivos à saúde). Para tanto, as unidades educativas devem se empenhar em definir sua proposta pedagógica, cientes de sua atuação e de seu papel, uma vez que a sociedade leva à escola, diante das transformações que vem sofrendo, essa necessidade.

Para Kuhlmann Jr.,

A caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidado e educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação de propostas pedagógicas. Adotar essa caracterização como se fosse um dos jargões do modismo pedagógico esvazia seu sentido e repõe justamente o oposto do que se pretende (1999, p. 60).

O cuidar e educar, interfaces de um mesmo processo, não pode ser um modismo educacional. A criança necessita de cuidados relativos à higiene, alimentação, atitudes, motricidade, relações interpessoais, bem como de atividades num ambiente de letramento que lhe despertem o gosto pela leitura, escrita, comunicação verbal e viabilizem o desenvolvimento de capacidades cognitivas próprias da faixa etária. A Educação Infantil prioriza, como objeto, as relações educativas que se travam num espaço de convívio coletivo, na escola que tem como sujeito a criança de 0 até 5 anos de idade.

6 A GESTÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Muito se tem investido por parte do Governo em cursos de atualização de professores, porém não há como descartar a importância da formação inicial de cada profissional. Uma base sólida, aliada ao aperfeiçoamento contínuo, são peças fundamentais para um trabalho de qualidade a ser oferecido aos alunos.

A abordagem inicial diz respeito à questão do profissional em sala de aula e sua formação. Ao trabalhar com crianças pequenas, levando em conta os aspectos do seu desenvolvimento - físico, mental, emocional e social -, deve ser observado o perfil do ad que se relacionará com a turma. Qual sua qualificação? Quais suas expectativas? Sua experiência? Quais suas concepções sobre criança, cuidar e educar? Este profissional compreende seu papel e a relevância de sua presença no mundo, sua importância profissional em uma época da vida das crianças na qual se estrutura parte da construção do seu caráter e personalidade? Ele se sente seguro e disposto a enfrentar os desafios que lhe são propostos? Embasa-se em conhecimentos científicos para executar suas ações? Busca o aperfeiçoamento

de suas habilidades e conhecimentos diante das inovações demandadas pelo processo educativo? Em face destes questionamentos e mediante suas respostas, cabe ao próprio profissional analisar suas características pessoais e avaliar seu perfil.

Feita a autoavaliação, poderá rever suas ações, determinar novos objetivos e medidas estratégicas que dirimam suas dificuldades e o tornem apto a desenvolver um trabalho de qualidade.

Para Gomes,

É importante considerar que o professor não está pronto quando termina sua formação docente. No exercício profissional, as diferentes situações vivenciais que a condição de professor exigirá vão requerer dele referências existenciais sobre todos os envolvidos no processo educacional, a começar pela compreensão de si mesmo: olhar para si e compreender-se educador, inserido em determinado contexto sociocultural (GOMES, 2009, p. 40).

O fato de o profissional compreender e se colocar no papel do outro o leva a buscar novos caminhos para sua atuação. Ele entende que não há um produto pronto. Que sua trajetória pela educação deve ser contínua.

Quanto ao gestor, compreendemos que ele não atua sozinho. Se ele pretende uma gestão participativa, abre as portas para o diálogo, para críticas construtivas e sugestões. Ele reconhece a importância da participação de todos, estimula e motiva os profissionais a desenvolver, criar, pesquisar e experimentar novas estratégias de ensino.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, fixadas pela Resolução MEC/CEB 05/2009, ratificam aspectos já valorizados pela legislação anterior. Em recente Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, percebe-se a ênfase à necessidade de o professor criar situações significativas de aprendizagem, enfatizando o cuidar e o educar como ações indissociáveis.

Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc) e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças.

(Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2009, p.10).

Ao gestor escolar cabe garantir experiências educacionais aos pequenos, promovendo-lhes o conhecimento de si e do mundo por meio de atividades sensoriais e corporais, possibilitando-lhes grande movimentação, expressão da individualidade, respeito pelos ritmos e desejos da criança. O Currículo constante do Projeto Político-Pedagógico deve favorecer a convivência e imersão das crianças nas diferentes linguagens e o contato com os gêneros e formas de expressão gestual, verbal, plástica, dramática e musical.

O gestor deve priorizar na escola que dirige experiências de narrativas, de interação com a linguagem oral e escrita com diferentes suportes e gêneros textuais. A escola deve prever a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas, situações de aprendizagem com vistas à autonomia infantil nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar.

Além do incentivo ao diálogo e conhecimento da diversidade humana, o clima organizacional da escola deve instigar a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza.

Espera-se da Escola de Educação Infantil a promoção de diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura. Também, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra e o uso adequado dos recursos naturais. A cidadania é claramente identificada nas diretrizes da Educação Infantil. A criança, nessa fase, encontra-se aberta a novas experiências e construção de competências e cabe aos educadores explorar tais potencialidades. As atividades acima arroladas mesclam cuidado e educação.

Em relação ao cuidado e educação de crianças pequenas, tema deste artigo, o papel do gestor - enquanto diretor escolar e/ou coordenador pedagógico - é de um articulador entre a teoria, a prática e o bom andamento das propostas educativas da escola. Seu papel na organização de um bom currículo, dos estudos entre os professores das dificuldades de aprendizagem da criança, é fundamental, porém não único, ele também se torna ativamente responsável por toda a parte técnica e estrutural da organização.

Vejamos o que nos diz Libâneo:

A direção da escola, além de ser uma das funções do processo organizacional, é um imperativo social e pedagógico. O significado do termo direção, no contexto escolar,

difere de outros processos direcionais, especialmente empresariais. Ele vai além da mobilização das pessoas para a realização eficaz das atividades, pois implica intencionalidade, definição de um rumo educativo, tomada de posição ante objetivos escolares sociais e políticos, em uma sociedade concreta. A escola, ao cumprir sua função social de mediação, influi significativamente na formação da personalidade humana; por esta razão, são imprescindíveis os objetivos políticos e pedagógicos (LIBÂNEO, 2012, p. 453).

O autor discorre, também, a respeito do caráter de intencionalidade que está sempre presente nas ações educativas. Por meio de objetivos claros e definidos, ele projeta e orienta a direção da ação, influenciando a atividade humana. Libâneo compreende que a escola é uma instituição social que apresenta seus objetivos sociopolíticos e pedagógicos correlacionados com uma racionalidade material e conceitual humana através de um esforço coletivo.

A direção e a coordenação correspondem a tarefas agrupadas sobre o termo gestão. A gestão refere-se a todas as atividades de coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realidade do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, avaliação de desempenho. Essa definição aplica-se aos dirigentes escolares, mas é igualmente aplicável aos professores, seja em seu trabalho na sala de aula, seja quando são investidos de responsabilidade no âmbito da organização escolar. Dirigir e coordenar significa assumir, no grupo, a responsabilidade e o trabalho conjunto (LIBÂNEO, 2012, p.475).

Constata-se, portanto, a importância de um gestor comprometido, ciente e atualizado quanto às normas de seu trabalho, firmado em metas claras e objetivas que visem ao bem comum. Num ambiente que priorize o cuidar e o educar, o gestor deve estar pronto para gerir situações que valorizem o ambiente lúdico, saudável e voltado ao desenvolvimento integral seus alunos, sempre pensando na preparação e qualificação da equipe com a qual trabalha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a respeito do cuidar e educar, levando em consideração a postura do gestor, do educador e de toda a equipe profissional que atenda os alunos, leva à reflexão sobre quem é a criança com a qual estamos lidando, quais são os seus direitos mediante as Leis, quais as suas verdadeiras necessidades, o que estamos lhe oferecendo no interior das escolas, para dentro de suas paredes; entre tantos outros questionamentos que nos inquietam e nos impulsionam à busca constante de estratégias e ações para lhe oferecer uma educação de

qualidade. Percebemos a importância da preparação dos profissionais como peças-chave para o bom andamento da proposta escolar e que a visão do gestor deve ser ampla para proporcionar subsídio e respaldo à equipe. Todos, juntos, com o mesmo objetivo.

Portanto, cabe-nos dizer que as concepções abordadas neste estudo vão ao encontro de nossas perspectivas, orientando-nos a pautar o trabalho desenvolvido com qualidade, pela conscientização e reconhecimento da importância do cuidar e educar como atos indissociáveis, além da postura que o gestor deve ter perante as mais variadas situações dentro de um ambiente escolar e de todo processo educativo em si, mantendo o ideal clima organizacional.

A educação alcançou muitos avanços durante sua história em nosso país, porém reconhecemos a urgência de uma capacitação responsável e uma busca incessante pelo conhecimento aprofundado na área para o amadurecimento dos novos paradigmas. Ao gestor compete garantir que, em sua escola, estas ações - cuidar e o educar -, sejam prioridade no dia a dia.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. LCT, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90. Brasília, DF: Senado federal, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

_____. **Revisão das Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013.

CERISARA, A. B. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?**. Florianópolis: Perspectiva, v. 17, n. especial, p. 11-24jul./dez. 1999.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

FARIA, A. L. G. de. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas: Cortez, 1999.

Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 326-345

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 01 out.2013

GOMES, M. de O. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J. C. [org] **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012

PASCOAL, J. D; MACHADO, M. C. G. **A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista Histedbr On-line, n.33, p.78-95. Campinas: UEM, mar.2009